

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

INQUIETAÇÕES E PROPOSITURAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Atena
Editora
Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Inquietações e Proposituras na Formação Docente

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
158	<p>Inquietações e proposituras na formação docente [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-381-1 DOI 10.22533/at.ed.811191106</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Não há Educação sem História. Não há História sem Memória Ciência, sem História e Memória. Quase sempre deforma. Vejo-me entre crianças, sentindo-me professor, num barracão de chão batido, coberto de palha, no fundo do quintal, de onde era minha casa, no meu sempre, no meu mundo, no meu tudo, Parintins... [...] Saibamos construir nossa história. Saibamos semear nas memórias Daqueles que estão Daqueles que ainda virão... O pouco que fazemos O pouco que pensamos. O pouco que sentimos. O pouco que vemos... Neste percurso Que falseia o espaço. Que falseia o tempo... Agora é a hora! Este é o momento! Que todos, avancemos! (Amarildo Menezes Gonzaga/2012). Se as coisas são inatingíveis... ora! Não é motivo para não querê-las... Que tristes os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas! (Mário Quintana, 1951) O trecho extraído do poema “Das utopias”, de Mário Quintana, é um convite para mantermos viva a utopia, pois uma sociedade sem utopia é uma sociedade sem sonhos e esperanças. Entendemos que, para discutir essa questão, torna-se necessário, inicialmente, evidenciar a indiscutível importância do acervo de conhecimentos historicamente acumulados e sistematizados na orientação ou reorientação do fazer pedagógico. No momento atual, constatamos um processo contínuo de fluxo e refluxo, um movimento incessante que caracteriza não apenas o mundo físico, mas também os domínios educacionais, psicológicos, sociais, políticos e culturais presentes no mundo. Sendo assim, urge um repensar sobre fenômenos educacionais, uma vez que o contexto teórico existente e disponível se apresenta insuficiente para responder aos problemas mais prementes ou solucioná-los. Nesse sentido, novos debates, novas ideias, novas articulações, novas buscas e novas reconstruções, fundadas em novas concepções, ou seja, novas formas de pensamento revelam a maneira de olharmos a realidade como um todo e não como uma única forma de entendermos o mundo circundante, ante a insatisfação com os modelos predominantes de explicação para as questões emergentes no âmbito educacional. Em contraposição a essa prática, Freire (1997: 21) defende que a educação compreende um espaço privilegiado para se problematizar os condicionamentos históricos, partindo do pressuposto de que “somos seres condicionados mas não determinados; ou ainda que, a história é tempo de possibilidade, (...) o futuro é problemático e não inexorável”. Sendo assim, não podemos mais conceber que, na orientação da formação dos profissionais da área educacional, haja uma predominância de tendências paradigmáticas da educação, que tenham por finalidade principal o domínio por parte do futuro profissional de conhecimentos fechados, acabados, transmitidos através de uma metodologia que exacerba a aula expositiva como técnica de ensino e considera a prova como ferramenta para aprovar ou reprovar o aluno. Essa prática revela, por um lado, a ineficiência do ensino e, por outro, o lado cruel da escola, que, muitas vezes, penaliza os excluídos socioculturalmente, estigmatizando-os e aprofundando a distância entre prática profissional e produção do conhecimento científico. Em síntese,

a formação do professor deve ser compreendida para além do simples treinamento em destrezas, na perspectiva de torná-lo sujeito do processo de (re) construção do saber. No artigo (IN) DISCIPLINA: PERSPECTIVAS DOCENTES E DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR, as autoras Aparecida Silvério ROSA e Fernanda Telles MÁRQUES buscam analisar comparativamente os entendimentos de alunos e de professores de um curso superior acerca da questão da indisciplina em referido nível de ensino. No artigo A ÉTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, os autores Patrício Ceretta E Luiz Gilberto Kronbauer buscam tratar da importância da Ética na formação de professores, identificando espaços dedicados ao estudo de ética ao longo dos Cursos e refletindo sobre a incidência da Ética na prática docente. No artigo A MÚSICA E A FOTOGRAFIA COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS, as autoras Magda Miranda de Assís Cruz e Magda Madalena Peruzin Tuma buscam trazer uma experiência do Ensino de História local realizada em uma escola pública, que, como campo do Estágio Curricular Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2016). No artigo A POLÍTICA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, busca tratar da política de institucionalização de polos de apoio presencial do sistema Universidade Aberta do Brasil. No artigo APRENDENDO A PENSAR: FILOSOFAR A PARTIR DA LITERATURA, os autores Pâmela Bueno Costa e Samon Noyama buscam fazer uma provocação quanto a um tema legítimo da filosofia, que já foi motivo de especulação de filósofos na antiguidade grega e, com devido destaque, na filosofia europeia do final do século XVIII: a relação entre filosofia e literatura. No artigo AULA PRÁTICA DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA, BIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E A IMPORTÂNCIA DA SALA DE AULA SEM PAREDES, as autoras Juliana Cristina Ribeiro da Silva e Patricia Helena Mirandola Garcia as autoras buscam apresentar o resultado de uma aula prática de Geografia, História, Biologia, Antropologia e Arqueologia do Mato Grosso do Sul realizada em um sítio arqueológico com figuras rupestres datadas de aproximadamente 3.000 anos. No artigo AUTOFORMAÇÃO DOCENTE E REFLEXÕES SOBRE VIVÊNCIAS ESCOLARES, as autoras Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Elsbeth Léia Spode Becker buscam refletir o processo dinâmico e inquietador de se autotransformar pela docência é algo complexo e extremamente necessário à atuação docente em suas diversas práticas, sejam elas coletivas, sociais ou subjetivas. No artigo CRIATIVIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO SUPERIOR, as autoras Elisabeth Mary de Carvalho Baptista e Iracilde Maria de Moura Fé Lima, buscam propor estratégias para serem aplicadas em sala de aula, nas disciplinas dessa área, buscando possibilitar o desenvolvimento da criatividade dos alunos, contribuindo para uma maior eficiência do processo ensino- aprendizagem na construção do conhecimento. No artigo EDUCAÇÃO E MORALIDADE: PILARES PARA A FORMAÇÃO HUMANA SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO PEDAGÓGICO DA

MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE, os autores Sônia Pinto De Albuquerque Melo e Elza Ferreira Santos buscam discutir sobre a educação e a moralidade postas como instrumentos importantes à formação humana, a partir do discurso pedagógico da Modernidade, Contemporaneidade, Oitocentos e século XX.

No artigo ENSINO DA LÍNGUA FRANCESA E POLÍTICAS PÚBLICAS, a autora Ana Paula Guedes, busca analisar como se compreende o resgate das decisões políticas acerca do ensino de língua estrangeira no Paraná e no Brasil. No artigo ENTRE SONS, LUZES E CORES: UM OLHAR SENSÍVEL DA PRÁTICA DOCENTE NO AMBIENTE MULTIETÁRIO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO as autoras Paula Adriana Rodrigues e Stéfani Martins Fernandes buscam relatar a experiência e o olhar de uma professora da Instituição por meio da prática desenvolvida e uma das suas vivências numa das turmas de multi-idade com crianças de um ano e meio a cinco anos e onze meses. No artigo FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AÇÕES EXERCIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LONDRINA, os autores Eromi Izabel Hummel e Mara Silvia Spurio buscam apresentar a formação dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Secretaria Municipal de Educação de Londrina. No artigo FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O PIBID ENQUANTO POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA, os autores Leni Hack e Robson Alex Ferreira buscam apresentar as reflexões sobre a formação de professores/as de Educação Física e as possibilidades de aproximação entre a Universidade e as Escolas parceiras no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. No artigo GINÁSTICA NA ESCOLA: INTERVENÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA VISÃO DOS BOLSISTAS PIBID, os autores Hitalo Cardoso Toledo, Jéssica Hernandes Vizu Silva, Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma, buscam relatar a experiência do pibidiano/professor de Educação Física no ensino do conteúdo ginástica para estudantes do ensino fundamental I. No artigo JOGOS DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO, as autoras Nakita Ani Guckert Marquez e Dalva Maria Alves Godoy buscam apresentar algumas reflexões acerca da importância dos jogos de consciência fonológica para o processo inicial de alfabetização. No artigo METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE E NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES, os autores Robinalva Ferreira, Marília Morosini, Pricila Kohls dos Santos, Luisa Cerdeira buscam analisar os avanços e desafios na prática pedagógica docente e na aprendizagem de estudantes universitários após a utilização de Metodologias Ativas (MAs), na percepção de professores. No artigo M-LEARNING E SALA DE AULA INVERTIDA: CONSTRUÇÃO DE UM MODELO PEDAGÓGICO (ML-SAI) os autores Ernane Rosa Martins e Luís Manuel Borges Gouveia, buscam apresentar uma proposta de um modelo pedagógico direcionado para atividades de m-learning (mobile learning), fundamentado na teoria da Sala de Aula Invertida (SAI), denominado de ML- SAI. No artigo O CARÁTER DIALÓGICO DO

PENSAMENTO REFLEXIVO, os autores Éllen Patrícia Alves Castilho e Darcísio Natal Muraro, buscam analisar, com base em John Dewey e Matthew Lipman, as relações entre diálogo e pensamento reflexivo na constituição do que chamamos de experiência de pensamento. No artigo O CARÁTER DIALÓGICO DO PENSAMENTO REFLEXIVO, os autores Éllen Patrícia Alves Castilho e Darcísio Natal Muraro, buscam analisar, com base em John Dewey e Matthew Lipman, as relações entre diálogo e pensamento reflexivo na constituição do que chamamos de experiência de pensamento. No artigo O ENSINO DE LÍNGUAS NO PROGRAMA DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR DO PARANÁ (SAREH): DISCUSSÕES SOBRE CURRÍCULO, os autores Itamara Peters, Eliana Merlin Deganutti de Barros, buscam investigar as práticas de letramento escolar realizadas no SAREH. No artigo OS DESAFIOS E ENCANTAMENTOS DO ESTÁGIO DOCENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II, a autoras Analice dos Santos Lima e Luciene Maria Patriota buscam relatar, descrever e analisar, o estudo com o gênero História em Quadrinhos na sala de aula. No artigo POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA: ELEMENTOS PARA PENSAR A ATUALIDADE DO TEMA NO BRASIL, a autora Susana Schneid Scherer, busca assinalar alguns reflexos das políticas educacionais em vigência sobre os docentes públicos escolares brasileiros. No artigo REFLEXOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO PARA O TRABALHADOR DOCENTE, as autoras Rafaelle Sanches Cutrim e Denise Bessa Léda realizam um estudo em fase inicial sobre as repercussões da financeirização do ensino superior privado na dinâmica prazer e sofrimento do trabalhador docente, a partir de uma instituição de ensino superior pertencente a um grande conglomerado educacional no Maranhão. No artigo SIGNIFICADOS DOS PROCESSOS EDUCATIVOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO OLHAR DOS JOVENS a autora Mônica Tessaro realiza um recorte de minha pesquisa de Mestrado, sendo que o objetivo geral foi investigar em que medida os processos educativos desenvolvidos na escola favorecem a estruturação do foreground dos jovens estudantes do nono ano do Ensino Fundamental. No artigo TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES SOB O OLHAR DOS DOCENTES a autora Adriana dos Santos busca discutir sobre a utilização de TD no âmbito das práticas pedagógicas da disciplina de Educação Física Escolar. No artigo INQUIETUDES NO OLHAR DE GESTORES ESCOLARES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Paulo Rennes Marçal Ribeiro, João Guilherme de Carvalho Gattás Tannuri buscam com este estudo identificar a percepção de gestores de escolas públicas sobre a educação sexual em instituições públicas escolares. No artigo: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A PESSOA COM PARALISIA CEREBRAL: ADAPTAÇÕES QUE FAVORECEM O ACESSO AO TEXTO ESCRITO as autoras : Adriana Moreira de Souza Corrêa e Josefa Martins de Sousa constitui em uma pesquisa bibliográfica, com objetivo apresentar tecnologias de baixo custo que favorecem o trabalho do professor de Língua Portuguesa no ensino das pessoas com Paralisia Cerebral.

E no artigo: LITOTECA COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PROFISSIONALIZANTE os autores : Allan Charllles Mendes de Sousa, Marcos Bohrer, Cláudia Fátima Kuiawinski, Emilly Karine Ferreira e Gisele Canal Masier trata da apresentação de um projeto que propôs a construção de uma Litoteca - acervo catalogado de minerais e fragmentos de rochas - como uma ferramenta pedagógica a ser utilizada no curso técnico de Agropecuária integrado ao ensino médio do Instituto Federal Catarinense Campus Videira.

Solange Aparecida de Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(IN) DISCIPLINA: PERSPECTIVAS DOCENTES E DISCENTES no ENSINO SUPERIOR	
Aparecida Silvério Rosa	
Fernanda Telles Márques	
DOI 10.22533/at.ed.8111911061	
CAPÍTULO 2	13
A ÉTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Patrício Ceretta	
Luiz Gilberto Kronbauer	
DOI 10.22533/at.ed.8111911062	
CAPÍTULO 3	21
A MÚSICA E A FOTOGRAFIA COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS	
Magda Miranda de Assis Cruz	
Magda Madalena Peruzin Tuma	
DOI 10.22533/at.ed.8111911063	
CAPÍTULO 4	32
A POLÍTICA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	
Tânia Barbosa Martins	
DOI 10.22533/at.ed.8111911064	
CAPÍTULO 5	45
APRENDENDO A PENSAR: FILOSOFAR A PARTIR DA LITERATURA	
Pâmela Bueno Costa	
Samon Noyama	
DOI 10.22533/at.ed.8111911065	
CAPÍTULO 6	55
AULA PRÁTICA DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA, BIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E A IMPORTÂNCIA DA SALA DE AULA SEM PAREDES	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva	
Patricia Helena Mirandola Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.8111911066	
CAPÍTULO 7	67
AUTOFORMAÇÃO DOCENTE E REFLEXÕES SOBRE VIVÊNCIAS ESCOLARES	
Natália Lampert Batista	
Tascieli Feltrin	
Elsbeth Léia Spode Becker	
DOI 10.22533/at.ed.8111911067	

CAPÍTULO 8	82
CRIATIVIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO SUPERIOR	
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista Iracilde Maria de Moura Fé Lima	
DOI 10.22533/at.ed.8111911068	
CAPÍTULO 9	96
EDUCAÇÃO E MORALIDADE: PILARES PARA A FORMAÇÃO HUMANA SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO PEDAGÓGICO DA MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE	
Sônia Pinto De Albuquerque Melo Elza Ferreira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8111911069	
CAPÍTULO 10	113
ENSINO DA LÍNGUA FRANCESA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
Ana Paula Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.81119110610	
CAPÍTULO 11	121
ENTRE SONS, LUZES E CORES: UM OLHAR SENSÍVEL DA PRÁTICA DOCENTE NO AMBIENTE MULTIETÁRIO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO	
Paula Adriana Rodrigues Stéfani Martins Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.81119110611	
CAPÍTULO 12	131
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AÇÕES EXERCIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LONDRINA	
Eromi Izabel Hummel Mara Silvia Spurio	
DOI 10.22533/at.ed.81119110612	
CAPÍTULO 13	144
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O PIBID ENQUANTO POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA	
Leni Hack Robson Alex Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.81119110613	
CAPÍTULO 14	153
GINÁSTICA NA ESCOLA: INTERVENÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA VISÃO DOS BOLSISTAS PIBID	
Hitalo Cardoso Toledo Jéssica Hernandez Vizu Silva Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma	
DOI 10.22533/at.ed.81119110614	
CAPÍTULO 15	159
JOGOS DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Nakita Ani Guckert Marquez Dalva Maria Alves Godoy	
DOI 10.22533/at.ed.81119110615	

CAPÍTULO 16	170
METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE E NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES	
Robinalva Ferreira Marília Morosini Pricila Kohls dos Santos Luisa Cerdeira	
DOI 10.22533/at.ed.81119110616	
CAPÍTULO 17	184
M-LEARNING E SALA DE AULA INVERTIDA: CONSTRUÇÃO DE UM MODELO PEDAGÓGICO (ML-SAI)	
Ernane Rosa Martins Luís Manuel Borges Gouveia	
DOI 10.22533/at.ed.81119110617	
CAPÍTULO 18	193
O CARÁTER DIALÓGICO DO PENSAMENTO REFLEXIVO	
Éllen Patrícia Alves Castilho Darcísio Natal Muraro	
DOI 10.22533/at.ed.81119110618	
CAPÍTULO 19	201
O ENSINO DE LÍNGUAS NO PROGRAMA DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR DO PARANÁ (SAREH): DISCUSSÕES SOBRE CURRÍCULO	
Itamara Peters Eliana Merlin Deganutti de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.81119110619	
CAPÍTULO 20	215
OS DESAFIOS E ENCANTAMENTOS DO ESTÁGIO DOCENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II	
Analice dos Santos Lima Luciene Maria Patriota	
DOI 10.22533/at.ed.81119110620	
CAPÍTULO 21	224
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA: ELEMENTOS PARA PENSAR A ATUALIDADE DO TEMA NO BRASIL	
Susana Schneid Scherer	
DOI 10.22533/at.ed.81119110621	
CAPÍTULO 22	236
REFLEXOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO PARA O TRABALHADOR DOCENTE	
Rafaelle Sanches Cutrim Denise Bessa Léda	
DOI 10.22533/at.ed.81119110622	

CAPÍTULO 23	250
SIGNIFICADOS DOS PROCESSOS EDUCATIVOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO OLHAR DOS JOVENS	
Mônica Tessaro	
DOI 10.22533/at.ed.81119110623	
CAPÍTULO 24	264
TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES SOB O OLHAR DOS DOCENTES	
Adriana dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.81119110624	
CAPÍTULO 25	276
INQUIETUDES NO OLHAR DE GESTORES ESCOLARES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
João Guilherme de Carvalho Gattás Tannuri	
DOI 10.22533/at.ed.81119110625	
CAPÍTULO 26	285
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A PESSOA COM PARALISIA CEREBRAL: ADAPTAÇÕES QUE FAVORECEM O ACESSO AO TEXTO ESCRITO	
Adriana Moreira de Souza Corrêa	
Josefa Martins de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.81119110626	
CAPÍTULO 27	295
LITOTECA COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PROFISSIONALIZANTE	
Allan Charles Mendes de Sousa	
Marcos Bohrer	
Cláudia Fátima Kuiawinski	
Emilly Karine Ferreira	
Gisele Canal Masiero	
DOI 10.22533/at.ed.81119110627	
SOBRE A ORGANIZADORA	302

ENSINO DA LÍNGUA FRANCESA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ana Paula Guedes

Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR

RESUMO: O ensino de línguas depende das decisões das políticas públicas isso fica claro ao resgatarmos as pesquisas sobre o ensino de línguas advindas de algumas regiões brasileiras que demonstram os pontos problemáticos de alguns planejamentos de curso, de programas e de ofertas de ensino de línguas devido a inúmeros fatores advindos das decisões de políticas linguísticas para o ensino de línguas no Brasil. Nessa situação, encontra-se o curso de Letras Português-Francês e Literaturas Correspondentes da Universidade Estadual de Maringá que é resultante das determinações de políticas linguísticas bilaterais, isto é, se, de um lado, as legislações locais, regionais e nacionais viabilizam o ensino da língua francesa, por outro lado, os estímulos dos governos francófonos (especificamente, nessa proposta de comunicação, os governos da França e do Québec) contribuem para a divulgação e a manutenção do ensino do francês em território nacional, além de cooperar para a formação continuada dos professores e inicial ou de aprimoramento dos estudantes dos cursos de licenciatura ou dos cursos de línguas. Para compreendermos esse movimento de políticas

linguísticas e observá-lo em um contexto mais próximo de nossa realidade, faremos um resgate das decisões políticas acerca do ensino de língua estrangeira no Paraná e no Brasil. A discussão contribui para a reflexão e a compreensão das políticas públicas para o ensino de línguas, em especial, da língua francesa.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de língua francesa, políticas públicas nacionais, políticas linguísticas internacionais, formação docente.

ABSTRACT: Foreign language education in Brazil is dependent on public policy. This becomes clear when we look at foreign language research conducted in specific regions of the country, pointing out the problems in some course plans, syllabi, and course offerings that arise from several factors rooted in language policy decisions. Such is the case of the Portuguese-French Languages and Corresponding Literatures course at the Universidade Estadual de Maringá, which is a result of bilateral language policy determinations. On the one hand, the local, state and federal legislation allow for teaching French, while on the other, the incentives provided by French-speaking countries or regions (in this case, specifically, the governments of France and Quebec) contribute to promoting and maintaining French language education throughout Brazil, as well

as supporting continued education for teachers and beginning or intermediate classes for students in the Education or Language courses at Brazilian universities. In order to understand this movement in language policy, and to observe it in a context that is closer to our everyday reality, we will analyze the political decisions impacting foreign language education in the state of Paraná specifically, and in Brazil in general. The discussion aims to promote critical thought and understanding about public policies involving foreign language education, especially French.

KEYWORDS: French language education, national public policy, international language policies, teacher education.

1 | INTRODUÇÃO

As decisões acerca do ensino de língua portuguesa em território nacional (Brasil) exemplificam algumas políticas linguísticas. Citemos a revisão, ou a atualização ortográfica ocorrida no Brasil em 2016, de acordo com decreto n.º 6.583, de 29 de setembro de 2008 (a reforma anterior no Brasil data de 1971, Lei Federal n.º 5.765, de 18 de dezembro de 1971), que objetivou facilitar o intercâmbio cultural e científico entre os países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Desta maneira, as publicações em língua portuguesa teriam redução em seus gastos e aumento da divulgação entre os países envolvidos, já que haveria dispensa de revisão ortográfica. Essa é uma amostra bastante simples da relação entre as gestões de situações linguísticas *in vitro* x *in vivo* (CALVET, 2007): por determinação de um planejamento linguístico comum entre os países de língua portuguesa, determinaram-se novas regras sob o intuito comercial, cultural e político. Neste caso, o planejamento linguístico dos países de língua portuguesa implementou uma política linguística comum em busca de um resultado positivo comum e necessário ao contexto histórico-social argumentado pela necessidade de divulgação da língua e facilitação de seu aprendizado pelos estrangeiros. Tudo isso foi possível e posto em prática por força e determinação de leis que são o instrumento principal do Estado para interferir no domínio linguístico. Desta maneira, segundo Calvet, o governo determina, sem planejamento linguístico, sem debate teórico e sem a participação da maioria dos especialistas na área, comportamentos linguísticos contornados pelo domínio político e caracterizando as políticas públicas como repressoras.

Pretendemos, nas próximas linhas, expor alguns planejamentos linguísticos da língua francesa e seus desdobramentos para o francês como língua estrangeira (FLE), nosso foco de investigação.

2 | LÍNGUA FRANCESA E AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

A França, segundo Calvet (2007), dispõe de dois órgãos para as intervenções no campo da terminologia: a Academia Francesa e a Delegação Geral para a Língua

Francesa. Entre os anos de 1973 e 1993, surgiram 48 portarias sobre a terminologia de campos variados. Quanto às leis, sendo a última de 1994, chamada Lei Toubon, circunda em domínios específicos, garantindo a presença obrigatória da língua francesa em congressos (obrigatório para o participante francês), em programas, em publicidades, em contratos e no ensino. Assim, o Estado efetivou a obrigatoriedade da língua francesa para as atividades sociais. Com relação à ortografia, “os franceses têm uma relação estranha com a ortografia da sua língua: reclamam sempre de suas dificuldades e incoerências, mas, ao mesmo tempo, não permitem que ela seja modificada” (CALVET, 2007, p.95). Desde 1990, o Conselho Superior de Língua Francesa discute uma reformulação ortográfica que foi incluída nos manuais escolares e pelas escolas francesas em 2016.

Este breve histórico sobre as legislações francesas revela uma política linguística ativa sobre o uso da língua em seus domínios sociais e econômicos, para cada campo de atividade econômica. Tentou-se determinar as terminologias específicas da língua francesa, evitando-se, durante um longo período, a interferência de outras línguas no vocabulário francês como uma ação de manutenção da cultura e do status da língua nacional. O mesmo se deu nas colônias francesas em que a língua francesa é a língua oficial. Em 2018, segundo o site da Aliança Francesa de São Paulo, no mundo há 300 milhões de falantes de língua francesa, destes 59% estão no continente Africano. Com relação ao francês língua estrangeira, são aproximadamente 51 milhões de indivíduos em sua maioria atendidos pelas Alianças Francesas que possuem 316 centros em 31 países da América, 196 mil alunos. Todos os países francófonos são assistidos pelos órgãos da Delegação Geral para a Língua Francesa com programas e ações sob o intuito da manutenção e da intensificação da língua francesa como instrumento de comunicação e trabalho. Tal empenho também é observado pelas ações das Embaixadas Francesas em territórios de não colônias francesas, como é o caso do Brasil.

Podemos mensurar a presença da língua francesa no Brasil por meio dos dados oficiais de 2018 indicados pela Embaixada Francesa: 200.000 estudantes de língua francesa, 40 Alianças Francesas em estados nacionais, 3 escolas francesas com aproximadamente 2.000 alunos matriculados, 850 empresas francesas que geram cerca de 500.000 empregos. Cerca de 4000 estudantes procuram a França para os programas de mobilidade estudantil e o Programa Ciência Sem Fronteiras permitiu a ida de 10.000 alunos bolsistas para o país, conforme dados da Embaixada Francesa (FRANÇA, 2018).

A Embaixada Francesa é responsável pelo apoio à divulgação da língua francesa em território nacional e, para tal, estimula a organização de instituições brasileiras ligadas à divulgação da língua francesa, formação de professores e estudantes. Assim, em 1954 houve a criação da primeira Associação de Professores de Francês de Minas Gerais – APFMG. Atualmente, existe no Brasil 27 Associações de Professores de Francês, e em 1995 foi criada a Federação Brasileira de Professores de Língua

Francesa. As ações das associações de professores e da federação recebem apoio constante do Serviço de Cooperação a Ações Culturais (SCAC) ligado ao consulado geral da França e à Embaixada Francesa.

Um exemplo das políticas linguísticas francesas é destacado por Santos (2015) ao observar as ações do Estado do Rio de Janeiro e das Instituições Francesas, segundo a pesquisadora a Embaixada Francesa, por meio das instituições oficiais do país (escolas e universidades) fomenta a formação continuada dos professores FLE e a inicial de estudantes e pesquisadores; as editoras francesas estimulam a circulação de livros didáticos e científicos em língua francesa ou sobre temas franceses. Já o Governo do Estado do Rio de Janeiro, via as Instituições de Ensino Superiores, sobretudo as universidades (Universidade Federal Fluminense e Universidade Estadual do Rio de Janeiro) concentra as suas ações na oferta do curso de licenciatura e de especialização dos professores de francês língua estrangeira, isto é, foca principalmente na formação inicial do profissional. A Associação dos Professores de Língua Francesa do Rio de Janeiro contribui para a formação continuada do profissional promovendo eventos contínuos (ateliers, congressos, reuniões pedagógicas, dentre outras). Apesar do aparente empenho do Estado do Rio de Janeiro, pesquisadora cita que os esforços das instituições nacionais não são compatíveis com os esforços franceses, muito pelo contrário, “[...] a falta de interesse dos atores nacionais, tais como o Estado e os governos nas intervenções políticas para a formação do professor de FLE, representa um desprestígio do ensino de língua estrangeira e da prática docente no Rio de Janeiro” (Santos, 2015, p.431).

Similar constatação é feita por Loos e Sant’Ana (2015) com respeito ao ensino de língua francesa na cidade de Ponta Grossa, cidade do Paraná, em que a política Estadual não estimula a ampliação de turmas e a contratação de professores para o ensino de língua francesa, apesar da existência de professores capacitados para o exercício da profissão.

Ressaltamos que, historicamente, a língua francesa integrava os currículos escolares brasileiros como disciplina obrigatória até 1971, quando a publicação da Lei n.º 5.692/71 (GUEDES, 2014) limitou o ensino de língua estrangeira a um acréscimo do ensino de Comunicação e Expressão. Desde então, a língua estrangeira passa a ter menor valor que as demais disciplinas curriculares e retoma o seu valor igualitário frente aos demais componentes curriculares dos Ensinos Fundamental e Médio somente com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998. Observemos que, em 1995, já existia a Federação Nacional de Professores de Francês, o que indica que, não obstante a tentativa nacional de desvalorização da língua francesa em território nacional, a França não deixou de investir na formação e no aperfeiçoamento de professores.

3 | AS POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS PARA O ENSINO DA LÍNGUA FRANCESA EM MARINGÁ

Especificamente no Estado do Paraná, com a resolução n.º 3.546/86 de 15 de agosto de 1986, criou-se o Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), com o objetivo de valorizar a pluralidade linguística. Atualmente, o CELEM oferece turmas de línguas estrangeiras (alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, japonês, mandarim, polonês e ucraniano), em caráter extracurricular, para estudantes, professores e funcionários das escolas estaduais e para a comunidade externa de forma gratuita; as aulas são ministradas nas escolas estaduais e os professores são contratados pelo estado. Os cursos têm a duração de dois anos (320 horas) e a possibilidade de mais um ano (160 horas) de aperfeiçoamento. A escolha das línguas a serem ofertadas respeitam as especificidades das demandas regionais.

A língua francesa é ofertada em 28 municípios do Paraná. Em Maringá, no ano de 2018, a língua francesa foi ofertada em 3 escolas estaduais, 4 turmas, sendo uma de aprimoramento; a média de inscritos é de 20, totalizando 180 estudantes. Porém, desde 2016, no CELEM, devido ao programa de migração de professores de língua francesa para a língua portuguesa, visando atender as necessidades básicas dos ensinos fundamental e médio, houve uma diminuição dos professores de língua francesa vinculados ao projeto o que, de imediato, não resultou na diminuição de ofertas de turmas em Maringá. Contudo, consideramos a situação delicada e observaremos as suas consequências para o futuro.

Também por iniciativa do Governo do Estado do Paraná, em convênio com o Governo do Canadá, temos o programa Paraná Fala Idiomas, criado em 2014, que em 2018 expandiu para a língua francesa com o projeto Paraná Fala Francês que atende 07 Instituições de Ensino Superior, dentre elas, a Universidade Estadual de Maringá (UEM). Em 2018, foram abertas 3 turmas, com 60h de curso e 75 alunos inscritos para cada instituição.

Mais especificamente, na Universidade Estadual de Maringá, temos a oferta de oficinas de instrumental de leitura em língua francesa, promovida pelo projeto institucional Programa de Integração Estudantil – PROINTE, criado em 2015 e que oferta língua francesa desde 2016, tendo até o ano de 2018 atendido, na língua francesa, aproximadamente 350 acadêmicos da Universidade Estadual de Maringá.

Além dos programas CELEM, Paraná Fala Francês e PROINTE-língua francesa na cidade de Maringá, temos a Aliança Francesa, as escolas de línguas particulares e o curso de Letras Português-Francês e Literaturas Correspondentes da Universidade Estadual de Maringá. A somatória aproximada do número de estudantes de língua francesa de todas as instituições citadas é de 750, isto é, quase 2% da população maringaense (400 mil habitantes) estuda língua francesa. Tal índice é resultante dos investimentos das instituições francesas na divulgação da língua e da cultura francesa. A Aliança Francesa de Maringá promove eventos, oferece descontos especiais nos

seus cursos para os acadêmicos dos cursos da Universidade Estadual de Maringá, especialmente para os alunos do curso de Letras – Português/Francês e Literaturas Correspondentes, e apoia anualmente o Festival Varilux de Cinema Francês, que intensifica as discussões locais sobre a cultura, a civilização e a literatura francesas. O curso de Letras citado, por sua vez, frequentemente recebe apoio do Serviço de Cooperação de Ações Culturais, ligado ao Consulado de São Paulo e à Embaixada Francesa. O evento Jornada de Estudos Franceses, em todas suas edições (de 1993 a 2009), recebeu, de alguma maneira (envio de palestrante, subsídio para hospedagem dos participantes, apoio às publicações), apoio da Embaixada Francesa por meio da Associação dos Professores de Francês do Paraná. O evento tinha em média, por edição, 100 inscritos e visava à formação continuada de professores e à divulgação dos trabalhos científicos dos pesquisadores sobre as diversas áreas de conhecimento da língua francesa. Vários professores do curso da habilitação dupla em língua francesa da UEM e do CELEM já foram contemplados com bolsa de formação continuada na França e no Canadá. Tais bolsas oferecem ao participante curso de 30 dias com todas as despesas locais incluídas. Os cursos são destinados à formação continuada de professores de francês língua estrangeira com discussões didáticas e pedagógicas sobre o ensino da língua francesa. Os temas abordados são abrangentes do universo de ensino de línguas: tecnologias de informação e comunicação, plurilinguismo, francês com objetivos específicos e universitários, didática e metodologia, engenharia pedagógica da formação, dentre outros, de acordo com o centro de formação escolhido para o curso.

O levantamento das contribuições dos países francófonos para a manutenção e divulgação da língua francesa em Maringá mostram o interesse bilateral: do Estado do Paraná pela oferta de recursos físicos e humanos (formação inicial e contratação dos professores) e da França e do Canadá pelo aprimoramento da formação dos profissionais envolvidos e o incentivo às atividades de formação inicial. Vale ressaltar que, nas atividades incentivadas pela França e pelo Canadá, concentra-se a formação continuada dos professores de língua francesa. Todos os países envolvidos, talvez estimulados por objetivos específicos diferentes, contribuem para o alcance das metas do ensino de língua estrangeira no Brasil que visam as interações sociais e culturais como parte formadora do estudante capaz de refletir sobre seu contexto social, econômico e político, conforme previsto pelos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio e do Ensino Fundamental (BRASIL, 2000).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política linguística determina as ações que o governo irá tomar para incentivar ou não o estudo de determinado conteúdo escolar. No Estado do Paraná, percebemos um movimento em direção à internacionalização das Instituições de Ensino Superior a partir do programa Paraná Fala Idiomas, além do anterior incentivo ao CELEM. Na

Universidade Estadual de Maringá, o vínculo aos projetos do Governo Estadual e a criação de projeto institucional, como o PROINTE, estimulam a expansão do ensino de línguas e especificamente da língua francesa. A França e o Canadá (principalmente na região de Québec), países que incentivam os projetos e investem na formação profissional do professor de língua francesa, exercem papel contínuo sobre as políticas linguísticas de ensino da língua francesa. Podemos afirmar que em Maringá, a língua francesa, por meio das ações do Estado, pela manutenção do CELEM, pela abertura do Paraná Fala Idiomas e pela continuidade da formação de professores pelo curso de Letras da UEM, tem resultados positivos. As atividades da habilitação em francês da UEM possibilitam o acesso aos estudos da língua francesa, principalmente por meio de projetos extensivos à comunidade universitária. Além, evidentemente, da formação inicial e continuada dos professores de língua francesa que atuam nas escolas particulares e estaduais. O CELEM, como já dito anteriormente, proporciona os cursos de língua francesa para alunos, professores, funcionários das escolas estaduais e para a comunidade externa os estudos da língua durante dois anos e seu aprimoramento por mais um ano. O Paraná Fala Francês visa a internacionalização das Instituições de Ensino Superior, além da profissionalização do recém graduado. A nossa expectativa é pela continuidade e ampliação dos projetos que entornam a língua francesa na cidade de Maringá, haja vista suas contribuições para a formação geral do indivíduo que, diante da aprendizagem de língua estrangeira, expande seus conhecimentos e na relação da contraposição de saberes linguísticos, sociais e culturais promove a compreensão sobre sua cultura e língua de origem.

É inegável a necessidade de formação intercultural, interacional devido aos mecanismos de aceleração da comunicação por meio dos dispositivos tecnológicos que aproximam as pessoas em suas relações culturais, sociais, econômicas. Neste contexto, o aprendizado de línguas torna-se imprescindível para a formação geral do indivíduo e as políticas públicas nitidamente procuram acompanhar essa evolução por meio de políticas linguísticas expansivas que buscam formar um sujeito capaz de compreender e interagir com o outro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, K.C.P.; PEREIRA, R. B. A formação de professores de francês – língua estrangeira no estado de Sergipe: perspectivas e Desafios frente à política Pública. In: **Anais do VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade**, 2012. Acesso em: http://educonse.com.br/2012/eixo_13/PDF/38.pdf.

BOYER, Henry. Les politiques linguistiques. In : **Mots**. Les langages du politique. n. 94, p. 67-74, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino médio. Brasília, DF, 2000.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. Prefácio Gilvan Muller de Oliveira; tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, IPOL, 2007.

COOPER, Robert L. *La planificación Lingüística y el cambio social*. Cambridge : University Press Sucursal en Espana, 1997.

FRANÇA. 2018. **La France et le Brésil**. Disponível: <https://br.ambafrance.org/La-France-et-le-Bresil>. Acesso em 16/03/18.

GUEDES, Ana Paula. A produção textual escrita em língua francesa. In: **Estudos Franceses**: concepções educacionais, linguísticas e culturais, língua e ensino. Ana Paula Guedes e Adalberto de Oliveira Souza (org.), prefácio de Lúcia Peixoto Cherem. Maringá: Eduem, 2014.

LOOS, Janine Patrícia; SANT'ANA, Helga Loos. Parlez-vous français? A língua francesa na Educação Básica Pública em Ponta Grossa (PR). In: **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 10, n. 24, p. 229-248, jan/abr.2015.

MAUSSION, Florian. **Le Français sera la deuxième langue mondiale dans 50 ans**. In : <http://www.leparisien.fr/espace-premium/actu/interactif-le-francais-sera-la-deuxieme-langue-mondiale-dans-50-ans-15-03-2016-5629339.php>. Acesso 18/08/17.

SANTOS, Milena Fonseca. Políticas Linguísticas para a formação de professores de francês língua estrangeira no Estado do Rio de Janeiro. In: **Anais do VI SAPPIL**, Estudos da Linguagem, UFF, v. 1, n.1, p. 422-432, 2015.

SÃO PAULO. Aliança Francesa de São Paulo. **A língua francesa ganhou 30 milhões de falantes no mundo**. Disponível em: <https://www.aliancafrancesa.com.br/novidades/a-lingua-francesa-ganhou-30-milhoes-de-falantes-no-mundo/>. Acesso 14/03/18.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-381-1

